

Construção e Valorização da Identidade Indígena: a Presença Kaingang no Espaço Acadêmico¹

Tatiane Motta da Costa e Silva – UNIPAMPA /RS
Cristiane Barbosa Soares – UNIPAMPA /RS
Suzana Cavalheiro de Jesus – UNIPAMPA/RS

Palavras-chave: Identidade. Universidade. Indígenas.

Construção da Identidade Indígena

Os povos indígenas, ao longo de mais de 500 anos de colonização, padeceram de repressão física e cultural e foram forçados a reprimir e negar suas culturas e identidades para poderem sobreviver na sociedade colonial que lhes negava os seus direitos (PAIVA, 2015, p. 2).

Somente, a partir da década de 1970, "os povos indígenas do Brasil iniciaram um período de recuperação demográfica e de autoestima identitária" (LUCIANO, 2006, p. 107). Essa reviravolta histórica ocorreu em virtude de ganhos sociais na esfera internacional e nacional como a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho - (OIT), ratificada pelo Brasil em 2003, que lhes assegurou o direito dos indígenas serem reconhecidos como povos, e a Constituição Federal de 1988, que garante a inclusão dos seus direitos coletivos (LUCIANO, 2006, p. 51).

Conforme Luciano² (2006, p. 38) o reconhecimento da cidadania indígena brasileira e, conseqüentemente, a valorização das culturas indígenas possibilitaram uma nova consciência étnica dos povos indígenas do Brasil. Ser índio transformou-se em sinônimo de orgulho identitário. De acordo com Hall (2003) as identidades parecem invocar uma origem, em um passado histórico com o qual elas detêm determinada correspondência. Fato que está relacionado com a questão da utilização dos recursos da história, da linguagem e da cultura para a produção daquilo que a pessoa se torna.

¹ Trabalho apresentado na 31ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 09 e 12 de dezembro de 2018, Brasília/DF.

² Gersem José dos Santos Luciano é índio Baniwa e atualmente é Professor Adjunto da Faculdade de Educação e Diretor de Políticas Afirmativas da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). É graduado em Filosofia pela Universidade Federal do Amazonas (1995), mestre e doutor em Antropologia Social pela Universidade de Brasília (2006-2011), sendo o primeiro doutor indígena. Foi coordenador geral de educação escolar indígena.

As identidades indígenas³, negadas e escondidas historicamente como estratégia de sobrevivência, é atualmente reafirmada e muitas vezes recriada por esses povos (LUCIANO, 2006, p. 42). O processo de reafirmação da identidade indígena, em diversos contextos, é iniciado na escola indígena. O caso, por exemplo, de povos kaingang, de acordo com o estudo de Crespo (2015) a língua nativa vem sendo reaprendida e praticada na comunidade indígena, como modo de valorização da cultura materna e da manutenção de uma educação diferenciada, outro exemplo são os rituais e cerimônias tradicionais que estão voltando a fazer parte da vida cotidiana dos povos indígenas nas suas comunidades.

As atuais gerações indígenas nascem, crescem e vivem com um novo olhar para o futuro, potencialmente possível e alentador.

As presenças e manifestações políticas desses povos e suas comunidades expressam suas características culturais, cosmológicas, mitológicas, político-faccionais, linguísticas próprias e recentemente passam a ocupar, de forma visível ou invisível, o espaço acadêmico por meio dos estudantes indígenas universitários. (GUERRA; AMARAL, 2014, p. 60).

O espaço acadêmico, segundo Guerra e Amaral (2014), provoca aos/as estudantes indígenas várias situações de conflito, onde o estranhamento, a falta de pertencimento e presença quase silenciosa, faz com que a distância e o sentimento de inadequação os torne cada vez mais estranhos. Ao analisar os percursos dos/as acadêmicos/as indígenas no ensino superior, Amaral (2010) destaca os preconceitos cotidianos vivenciados por esses/as sujeitos, sendo reflexo continuado das trajetórias trilhadas por eles/as nas escolas públicas.

Guerra e Amaral (2014) afirmam que esse processo ocorre como reflexo da sociedade, os preconceitos contra os/as indígenas são manifestados no ambiente escolar e no espaço acadêmico, sendo por eles/as incorporados ou deles/as exigindo/a estratégias de sobrevivência ou resistência. O autor e a autora ressaltam que é neste momento que as relações tornam-se mais tensas e as paixões mais conflitantes.

A universidade, ao mesmo tempo em que oferece a possibilidade de uma nova identidade coletiva, do *nós brasileiros*, provoca a *vergonha* da diferença inferiorizada frente ao *nós brasileiros*; dessa forma, acaba por impor o *medo* e o retorno ao *ele* e à segregação (GUERRA; AMARAL, 2014, p. 66).

³ Trazemos o termo “identidades indígenas” no plural, tendo em vista, o caráter dinâmico que estes processos possuem, no qual, cada povo possui formas diferentes de caracterizar o pertencimento, de delimitar fronteiras e de identificar o “outro”.

Sendo um espaço plural e diverso, compreendemos que a universidade tem a responsabilidade de garantir o acesso e permanência de todos/as. Em 2017, a Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), campus Uruguaiana/RS, recebeu os/as seis acadêmicos/as através do processo seletivo de reserva de vagas para indígenas. Diante do ingresso destes/as estudantes e das demandas apresentadas por eles/as, passou-se a intensificar o estudo acerca da cultura indígena, tendo o Grupo de Pesquisa TUNA – Gênero, Educação e Diferença papel fundamental neste processo. Sendo assim, o estudo busca refletir sobre as contribuições do TUNA para a construção e valorização das identidades dos/as estudantes indígenas no contexto universitário.

O percurso metodológico

A presente pesquisa trata-se de um estudo etnográfico, no qual, utilizamos a observação participante e a convivência diária com os/as interlocutores/as de pesquisa para alcançar o objetivo proposto.

A região onde o estudo se desenvolveu, caracteriza-se como a Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul. O município de Uruguaiana conta com uma população estimada de 129.580 (IBGE, 2014), sendo 93,6% residente na área urbana. Em 2008, o município recebeu a Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), que tem como finalidade promover e fortalecer o desenvolvimento social e econômico da região a partir da oferta de uma educação superior gratuita e de qualidade. Nesse sentido, a UNIPAMPA, faz parte do programa de expansão das universidades federais no Brasil e atualmente possui aproximadamente 10883 estudantes matriculados nos cursos de graduação, destes, oito ingressaram através do processo seletivo para indígenas e estão distribuídos em três *campi* (Uruguaiana, Santana do Livramento e São Borja⁴).

O estudo foi realizado com seis acadêmicos/as indígenas, do povo Kaingang, ingressantes no primeiro semestre de 2017 na UNIPAMPA, Campus Uruguaiana/RS, através do processo seletivo de reserva de vagas para indígenas do recorrente ano.

Como instrumento de coleta de dados, utilizou-se a observação participante. As observações ocorreram no segundo semestre letivo de 2017, durante a realização do Grupo de Pesquisa TUNA – Gênero, Educação e Diferença. As observações foram registradas no diário de campo, através de uma *descrição densa* (GEERTZ 1989), não

⁴O estudante do campus São Borja, ingressou na UNIPAMPA em 2013, no curso de Bacharel em Relações Públicas.

só dos interlocutores/as da pesquisa e da universidade, mas dos acontecimentos, das conversas, das reflexões e idéias explanadas por esses/as sujeitos.

O estudo seguiu as orientações da Resolução nº 510/16⁵ do Conselho Nacional de Saúde. Sendo a proposta de pesquisa apresentada as/aos participantes e tendo o consentimento livre e esclarecido sido expressado de forma oral.

O contexto universitário

Aproximando a reflexão sobre a construção das identidades indígenas no contexto universitário buscaremos trazer um breve relato sobre o processo de ingresso e de permanência de acadêmicos e acadêmicas indígenas na UNIPAMPA, no ano de 2017.

O processo seletivo específico para Indígenas 2017 da UNIPAMPA ofertou 21 vagas, em quatro *campi* (*Uruguaiana, São Gabriel, Santana do Livramento e Jaguarão*), distribuídas em 12 cursos de graduação. A UNIPAMPA, campus Uruguaiana/RS, ofertou oito vagas em cinco cursos, foram preenchidas sete vagas, porém com a desistência de uma acadêmica, permaneceram seis acadêmicos e acadêmicas, nos seguintes cursos: Licenciatura em Educação Física, Fisioterapia, Enfermagem, Farmácia e Tecnologia em Aquicultura.

O ingresso destes/as estudantes é fruto das Políticas de Ações Afirmativas, que vêm tomando um papel de destaque no cenário das Universidades públicas do país e no atual contexto educacional brasileiro.

Este conjunto de políticas visa uma forma de reparação e redução de desigualdades que é um problema crônico da sociedade brasileira, oferecendo assim oportunidades para aqueles que foram marginalizados socialmente e excluídos do processo educacional brasileiro ao longo do século (NORONHA; SILVEIRA, 2016, p. 11).

Porém não basta garantir o ingresso dos mesmos no sistema de ensino é necessário dar condições para a sua permanência. E para isso, além do apoio financeiro, garantido através dos Programas de Assistência Estudantil, ainda são necessários espaços de acolhimento e discussão sobre a construção desta nova identidade que os/as estudantes estão construindo.

⁵http://porteiros.r.unipampa.edu.br/portais/cep/files/2012/05/Resolu%C3%A7%C3%A3o-510_2016.pdf

Espaço de discussão garantido pelo Grupo de Pesquisa TUNA – Gênero, Educação e Diferença. O TUNA reúne pesquisadores e pesquisadoras de diferentes áreas do conhecimento, numa perspectiva interdisciplinar transitando por temáticas como diferença, gênero, sexualidade, processos de socialização, sociedade, poder, currículo, políticas e gestão da educação. Tendo como um de seus objetivos produzir conhecimentos mediante o intercâmbio de pesquisas e estudos que problematizem movimentos de gestão da educação e de políticas públicas, de modo a delinear práticas discursivas que circulam no âmbito educativo e geram efeitos nos sujeitos e contextos.

Os encontros ofertados pelo grupo de pesquisa iniciaram no segundo semestre de 2017 e ainda permanecem, ocorrendo quinzenalmente e buscando o estudo, o aprimoramento e a produção de conhecimento sobre as culturas indígenas.

TUNA: um espaço de estudo, construção e valorização da Identidade Indígena

Os encontros ofertados pelo Grupo de Pesquisa TUNA – Gênero, Educação e Diferença reuniam a coordenadora do grupo e mediadora das discussões, os/as acadêmicos/as indígenas, bem como, seus monitores e demais interessados no estudo da temática. As discussões eram fomentadas por leituras de artigos relacionados a história dos povos indígenas, ao ingresso dos povos indígenas nas universidades brasileiras e aos desafios encontrados ao se propor uma universidade pluriétnica no Brasil.

A dinâmica dos encontros consistia na leitura coletiva dos textos, onde um ou uma participante por vez lia uma parte do texto, quando necessário a leitura era interrompida e o debate coletivo era iniciado. Ao longo dos encontros, diversos aspectos foram discutidos, os/as acadêmicos/as indígenas relatavam sobre as suas vivências nas comunidades indígenas, o estranhamento quando chegaram a universidade e os desafios encontrados diariamente, tanto no que se refere ao entendimento dos conteúdos, como, das relações interpessoais.

Entre eles, um relato de discriminação e preconceito sofrido por uma das acadêmicas marcou um dos encontros e levou o grupo a discutir e concluir que a universidade, com seu modo de avaliação pautada na meritocracia não contempla as especificidades de seus/as estudantes e por consequência acaba os inferiorizando e excluindo. No entanto, este fato se caracteriza como um reflexo do que é reproduzido historicamente na sociedade.

Diante disso, corroboramos com Silveira (2009) ao compreendermos que a discriminação racial não é exclusivamente problema de negros/as e/ou indígenas, ela é pertinente a toda população brasileira. Pois, não adianta fortalecermos a identidade do/a estudante indígena se não educarmos o não-indígena no combate ao racismo e todas as formas de discriminação, bem como no respeito às diversidades.

Durante os encontros alguns/as estudantes indígenas, em especial, os do gênero masculino, se destacavam nas discussões por serem mais falantes, no entanto, ao longo dos encontros, paulatinamente, as estudantes foram se apropriando do espaço de fala e contribuindo com os debates que surgiam. Demonstrando que a participação no grupo contribuiu para o seu fortalecimento enquanto indígenas e para a construção da identidade destes sujeitos, enquanto universitários/as, tanto de forma individual, quanto coletiva.

Hall (2005) afirma que a construção das identidades é fruto das interações contínuas das pessoas com os outros e pelo modo como elas se posicionam em relação aos outros. Além disso, as identidades sociais são complexas e têm natureza fragmentada. Numa mesma pessoa, coexistem identidades de gênero, raça, classe social, sexo, etc. Esses diferentes aspectos das identidades vêm à tona em diferentes práticas discursivas, o que explica que as identidades sociais não são fixas e estão sempre em processo.

Algumas considerações

Entendemos que a universidade tem o compromisso de produzir conhecimentos e propor ações para melhoria da qualidade de vida da população onde está inserida, por ser um espaço que promove a formação cultural e científica e que articula o ensino e a pesquisa, viabilizando a relação transformadora entre universidade e a sociedade.

No entanto, nos deparamos com um contexto universitário, que reproduz um modo de ser único, não contemplando a diversidade e ignorando as referências culturais trazidas por seus alunos e alunas. O grupo de pesquisa TUNA, por se caracterizar como um espaço de discussão possibilitou aos/as acadêmicos/as indígenas momentos de fala, onde todos/as sentiam-se a vontade para relatar fatos sobre sua cultura, bem como, falar sobre as diversas dificuldades encontradas diariamente, tanto a nível de cobrança acadêmica quanto em relação a interação com os/as professores/as e colegas.

Além disso, destacamos como as construções das identidades também são marcadas por questões de gênero, mostrando que esta identidade indígena comporta atributos femininos e masculinos, dado que homens e mulheres mostram diferenças na forma de relacionar-se com o ensino superior, onde as mulheres ainda buscam timidamente seu lugar de fala nestes espaços.

Por fim, constatamos que os encontros do TUNA contribuíram, para o resgate e a valorização das identidades dos/as acadêmicos/as indígenas e os proporcionou o reconhecimento e legitimidade de suas identidades historicamente negadas na construção da sociedade brasileira.

Referências

AMARAL, Wagner R. **As trajetórias dos estudantes indígenas nas Universidades Estaduais do Paraná: sujeitos e pertencimentos**. 586f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Convenção nº 169**: povos indígenas e tribais e Resolução referente à ação da OIT / Organização Internacional do Trabalho. - Brasília: OIT, 2011.

CRESPO, Benjamin Perokag. **As práticas de ensino Bilíngüe na Escola Estadual Indígena de Fundamental Davi Rygjo Fernandes**. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2015.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 1989.

GUERRA, Maria José; AMARAL, Wagner Roberto. A construção da identidade e os regimes de visibilidade dos povos indígenas na universidade. **Muitas Vozes**, Ponta Grossa, v.3, n.1, p. 53-68, 2014.

HALL, Stuart. **A Identidade cultural na pós-modernidade**. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: UFMG; Brasília, DF: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

LUCIANO, Gerssem José dos Santos. **O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje**. Brasília, DF: UNESCO, Ministério da Educação, 2006.

NORONHA, Diego de Matos; SILVEIRA, Marta Iris Camargo Messias **O Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros Unipampa/Uruguaiana e o seu potencial para a Educação das Relações Étnicas e Raciais**. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Pampa, Uruguaiana, 2016.

PAIVA, Eliane Bezerra. A Construção da Identidade Indígena em fontes de informação. XVI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (**XVI ENANCIB**). João Pessoa. 2015.

SILVEIRA, M.I.C.M da. **O Movimento Social Negro**: da contestação as de ações afirmativas e a implicação para aplicação para Lei Federal 10.639/03 – O caso da rede Municipal de Ensino de Santa Maria. Tese de doutorado, Programa de Pós Graduação em Pesquisa e Educação. Faculdade de Educação. UFBA, 2009.